

A METÁFORA COMO ELO ENTRE A ANÁLISE DO DISCURSO, O REALISMO EXPERENCIAL E OS SISTEMAS COMPLEXOS

Argus Romero Abreu de Moraes¹

argusromero@yahoo.com.br

RESUMO: Comumente, entende-se que a epistemologia da Análise do Discurso Francesa (AD) é irreconciliável com os estudos da cognição humana. O presente trabalho pretende desconstruir essa perspectiva, retomando, para tanto, alguns dos textos considerados canônicos no âmbito da AD no intuito de discorrer sobre as potencialidades de uma revisão epistemológica que possa aproximá-la de alguns dos estudos mais atuais da cognição. Tendo isso por pressuposto, dividimos o trabalho em quatro seções, as quais buscam: (i) demonstrar que os debates sobre a relação entre língua, pensamento e metáfora são constitutivas à emergência de uma dada perspectiva do sujeito na AD desde a sua conformação enquanto campo de estudos; (ii) aproximar a AD do Realismo Experencial a partir da categoria de metáfora, pautando-se, para tanto, nas semelhanças existentes entre a perspectiva da metáfora em Gadet e Pêcheux (2010) e Lakoff & Johnson (1985); (iii) aproximar a abordagem da metáfora discursiva da dos Sistemas Complexos, retomando a relação entre metáfora e pensamento em Lakoff e Johnson (1985) e a concepção de metáfora emergente em Cameron e Deignan (2009); (iv) corroborando a perspectiva de discurso de Pêcheux (2009) e Orlandi (2005; 2009), a proposta de Paveau (2006) acerca da importância da perspectiva da Mente Incorporada para os estudos discursivos e a releitura da filosofia althusseriana realizada por Hall (2008) no âmbito da Teoria dos Sistemas Complexos, propomos uma discussão teórica acerca da categoria de metáfora como elo privilegiado para a aproximação entre a Análise do Discurso, o Realismo Experencial e os Sistemas Complexos. Por fim, destacamos que as discussões presentes neste artigo podem ser encontradas de forma mais desenvolvida e aprofundada em Moraes (2015), trabalho no qual propusemos as categorias de “Pensamento Inatingível” e “Metáforas Emergentes Distribuídas”. Nele, além das aproximações teóricas pertinentes a esse texto, dialogamos com as perspectivas de cognição distribuída e Externalismo Cognitivo.

PALAVRAS-CHAVE: Metáfora; Análise do Discurso; Realismo Experencial; Sistemas Complexos.

ABSTRACT: Commonly, it is understood that the epistemology of the French Discourse Analysis (AD) is irreconcilable with studies of human cognition. This paper aims to deconstruct this perspective, recovering, therefore, some of the AD canonical texts with the purpose of to discuss the potential of a review of its epistemological tradition that can approach the AD of the current studies of cognition. Taking it for granted, we divided the work in four sections, wich aims to: (i) demonstrate that the debates about the relationship between language, thought and metaphor are constitutives

¹ Bolsista de pós-doutorado (PNPD/CAPES) no Programa de Pós-Graduação: Cultura, Educação e Linguagens da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – BA (PPGCEL/UESB).

of the perspective of the subject in AD since its conformation as a field of study; (ii) approach the AD and the Experiential Realism focusing on the similarities between the perspective of metaphor in Gadet and Pêcheux (2010) and Lakoff & Johnson (1985); (iii) approach the perspective of discursive metaphor of that of Complex Systems, resuming the relationship between metaphor and thought in Lakoff and Johnson (1985) and the emergent view of metaphor in Cameron and Deignan (2009); (iv) corroborate the discourse perspective as supported by Pêcheux (2009) and Orlandi (2005; 2009), the Paveau (2006) perspective about the importance of the Embodied Mind for the discourse studies and the analysis of Hall (2008) of the contributions of the althusserian philosophy to associate the ideology to Complex Systems, we propose a theoretical discussion of the metaphor as a privileged link for the rapprochement between the Discourse Analysis, the Experiential Realism and the Complex Systems. Finally, we emphasize that the discussions presented in this article can be found most developed and depth in Morais (2015), thesis on which we proposed the categories of «Intangible Thought» and «Emerging Distributed Metaphors». There, beyond the relevant theoretical approaches to this text, we dialogue about the prospects of distributed cognition and Cognitive Externalism.

KEYWORDS: Metaphor; Discourse Analysis; Experiential Realism; Complex systems.

Considerações iniciais

Comumente, entende-se que a epistemologia da Análise do Discurso (doravante AD) é irreconciliável com os estudos da cognição humana. Neste trabalho, partimos do pressuposto que esse diálogo não apenas é possível, mas também desejável. Segundo Paveau (2006), a metáfora se apresenta como uma categoria fundamental nesse sentido, haja vista a semelhança entre as propostas teóricas de Gadet e Pêcheux (2010) e de Lakoff & Johnson (1985) acerca desse fenômeno, as quais passam a considerá-la como efeito fundante do próprio sentido na linguagem.

Isso não significa, contudo, que essa aproximação prescindia de uma teorização rigorosa, escamoteando as singularidades e contradições teóricas existentes entre esses campos do saber. A nosso ver, a epistemologia da AD trata da relação entre língua, pensamento e metáfora desde a sua constituição, embora a mesma tenha sido aprofundada no início da década de 1980. A partir dela, almejamos fundamentar a aproximação entre a AD, o Realismo Experiential e os Sistemas Complexos, operando, para tanto, deslocamentos teóricos que possam garantir a coerência entre os distintos campos, em especial no que concerne à manutenção de uma perspectiva filosófica anti-humanista do discurso.

1. A metáfora na língua(gem) e no pensamento: a contradição fundante do sentido na Análise do Discurso

Gadet e Pêcheux (2010) sustentam que, assim como a poesia, a metáfora é ilocalizável, não pelo fato de ela não existir em si, mas, pelo contrário, em decorrência da sua distribuição por toda a língua, isto é, em toda e qualquer produção de sentidos. Dessa maneira, a metáfora passa a ser considerada como a estrutura organizadora da própria realidade ordinária percebida, de modo que ela seria a responsável por sedimentar e desconstruir as evidências do mundo.

Para os autores, os processos metafóricos não são destacados da linguagem ordinária, como se fossem figuras de linguagem decorrentes da maestria de escritores e poetas ao “dominarem” e “inventarem” novas formas e novos sentidos através de analogias não evidentes entre as palavras. É da porosidade das línguas naturais que surgem as possibilidades de superposição (parcial) dos sentidos, possibilitando que o mesmo significante possa jogar entre duas cadeias semânticas diferentes. Em oposição às línguas artificiais/formais, nas quais o sentido é disposto previamente, as línguas naturais são necessariamente tecidas por falhas, demonstradas pelos equívocos e pelos atos falhos. Isso significa que a ambiguidade é constitutiva à língua, na medida em que esta se configura como um sistema necessariamente não-hermético, pois estruturado pela presença, desejada ou indesejada, do outro e do Outro no fio do discurso (Gadet; Pêcheux, 2010).

Consoante Gadet e Pêcheux (2010, p. 70. Grifos nossos): “a consequência é que a *língua* domina o *pensamento*, impondo-lhe a ordem do negativo, do absurdo, da *metáfora*. É aí que a ciência da linguagem relaciona-se com o registro do inconsciente”. Ora, se só se pode pensar sobre algo passível de ser pensado (o pensável/ domínios de pensamento, segundo Pêcheux (2009)), e esse algo é significado pelo seu transbordar em relação ao próprio simbólico nos/dos sujeitos, o real é impedido de ser duplicado, seja pela criação de um sujeito solipsista, seja pela descrição científica objetivista. Para a AD, embora o real só adquira significado pela subjetividade, suas possibilidades lhe são exteriores, pois são da ordem do social, isto é, da confluência entre o real, o simbólico e o imaginário (Henry, 1992). Assim, a significação manifesta está necessariamente vinculada à irrupção de um “outro” (interdiscurso) no mesmo, ou seja, o sentido surge da remissão obrigatória do discurso, materializado/encadeado na forma de texto (intradiscurso), ao seu exterior (Henry, 1992; Pêcheux, 2009).

Segundo Pêcheux (2010, p. 96. Grifos nossos): “Chamaremos *efeito metafórico* o *fenômeno semântico* produzido por uma *substituição contextual* para lembrar que esse deslizamento de sentido entre x e y é constitutivo do ‘sentido’ designado por x e y”.

Logo, é na relação do não-dito com o dito, do *non-sens* com o sentido, que o real significa e é percebido pelos sujeitos. Nesse viés, sujeito e metáfora emergem juntos e mantêm entre si fronteiras tênues e fluidas, na medida em que pensamento, língua e metáfora se entrelaçam em um dado acontecimento discursivo, o qual irrompe no/pelo encontro entre uma atualidade e uma memória (Gadet; Pêcheux, 2010). A esse respeito, Orlandi² (2005, p. 11) salienta que,

segundo Michel Pêcheux, as palavras não têm um sentido ligado à sua *literalidade*, o sentido é sempre uma palavra por outra, ele existe nas relações de *metáfora* (transferência) acontecendo nas *formações discursivas* que são seu lugar histórico provisório. De tal maneira que, em consequência, toda descrição “está exposta ao equívoco da língua: todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar um outro” (PÊCHEUX, 1983, p. 53). Indo mais além, podemos dizer com o autor que todo enunciado, toda sequência de enunciado é linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação.

Assim, estudar a metáfora implica estudar a própria organização da língua enquanto fenômeno discursivo, pois as ocorrências metafóricas existem na mesma proporção dos encontros possíveis entre a língua e a história nas diferentes zonas de saber intituladas de FD's. Dado um contexto específico, é possível tratar de efeitos metafóricos gerados pela organização da língua, sendo, contudo, impossível, isolar, classificar e estudar todas as suas formas sob a proposta de formalização normativa dos mesmos. As formas linguísticas e os léxicos circulam por diferentes zonas do saber (FD's), adquirindo, de acordo com estas, os sentidos possíveis de serem interpretados como mais ou menos evidentes (Pêcheux, 2009). Por conseguinte, a dicotomia literal/metafórico cede espaço aos efeitos de literalidade e aos efeitos de metaforicidade gerados a cada enunciação. Pode-se entender, portanto, que esse deslize/essa contradição entre o mesmo e o outro funciona como a base explicativa do fenômeno da metáfora e, por consequência, da falha constitutiva do/no sentido nessa abordagem discursiva (Gadet e Pêcheux, 2010).

2. Metáfora e Realismo Experiencial: fundamentos da proposta de Mente Incorporada

Para Lakoff e Johnson (1985), ao categorizar, esquematizar, associar, produzir sentidos, dos mais simples aos mais complexos, nos usos da/na linguagem, os seres

² Pêcheux (1983, p. 53) em Orlandi (2005, p. 11) se refere a Pêcheux (2008) no nosso trabalho.

humanos tomariam por base organizações metafóricas oriundas da experiência corporificada. Ao tratarem a mente como incorporada, os pesquisadores projetam uma relação constituinte para o entendimento dos conceitos de mente e corpo, o que significa que a concepção de mente deixa de estar atrelada à descrição da realidade pura para se diluir em meio às práticas culturais que a criam. Assim, somente a partir das percepções de mundo perspectivadas pelo corpo humano, o pensamento tornar-se-ia passível de “atribuir” sentidos e o sujeito, de adquirir novos conhecimentos.

Destarte, as atividades da vida cotidiana são regidas metaforicamente, organizando nossas percepções, pensamentos e o modo como entramos em relação com os outros. Isso não significa, no entanto, que tenhamos plena consciência disso, haja vista o limitado acesso ou controle que os humanos possuem da maior parte dos seus conhecimentos e atividades intelectivas. Dito de outro modo, a maior parte das ações executadas no dia a dia é realizada inconscientemente (caso contrário, não seria possível que a linguagem pudesse se organizar enquanto sistema de pensamento) por conceitos internalizados ao longo da vida através das relações dos sujeitos consigo mesmos, com os outros e com as situações nas quais entram em contato com os distintos saberes sociais.

O corpo, da mesma forma, não se constitui como uma realidade concreta autônoma em relação à mente, ele só existe porque é compreendido enquanto tal, ajustado por metáforas que o descrevem e o tornam (mentalmente) discreto. As palavras e os conceitos mudam de acordo com a cultura e com a sociedade que os criam. As verdades das ciências, por vezes, tidas como naturais, são possíveis pelos mesmos fenômenos que possibilitam a linguagem ordinária, isto é, pelas metáforas, pelos esquemas de ação e pelas organizações conceituais historicizadas.

Assim, Lakoff e Johnson (1985) sustentam que o sistema representacional humano, responsável pela organização do nosso pensamento, é conformado na/pela relação entre pensamento e ação, entre razão e experiência, de modo que eles não possuem uma natureza nem puramente intelectual (como no racionalismo), nem puramente corporal (como no empirismo). A estruturação desse sistema ocorre pela metáfora, sendo esta, reforçamos, considerada a forma pela qual as experiências se organizam em/atraves de conceitos e adquirem sistematicidade na interface entre o nosso sistema conceitual e o nosso sistema linguístico. Para que se possa analisar o primeiro, deve-se se deter também sobre os segundos, visto que estes podem revelar o modo pelo qual os conhecimentos humanos se organizam.

Como os saberes adquiridos funcionam como base para a aquisição de novos, não apenas o “antigo” possibilita o “novo”, como também o “novo” é categorizado a partir de estruturas prévias a si mesmo, isto é, pelo “antigo”. Desse modo, o “novo” não deve ser compreendido como uma criação a partir do nada, desprovido de relações com os conhecimentos previamente adquiridos. No dizer dos próprios autores: “a essência de uma metáfora é que ela permite compreender alguma coisa (e experienciá-la) em termos de alguma outra coisa”³ (Lakoff; Johnson, 1985, p. 15).

Ademais, conforme Lakoff e Johnson (1985), a metáfora não está localizada apenas nas palavras, haja vista ela ser o próprio fundamento que organiza a língua em uso. A forma pela qual podemos definir tal categoria, enquanto pesquisadores, já supõe o modo como nos utilizamos de esquemas conceituais para descrevê-la no âmbito da linguagem, almejando torná-la uma entidade discreta: a metáfora.

Assim como Gadet e Pêcheux (2010), os autores norte-americanos não definem tal fenômeno como uma figura de linguagem, um modo pelo qual podemos gerar determinados sentidos poéticos ou imaginativos para um dado enunciado. Nesse viés, a metáfora se configura como o mecanismo que possibilita dar sentido ao mundo cotidiano, de modo que não há, em última instância, a literalidade, pois, se ela adquirisse a característica de totalidade, não se trataria da compreensão de uma palavra pela outra, de uma estrutura pela outra, mas da sobreposição da estrutura-dita-metáforica pela própria-estrutura-outra. Caso isso ocorresse, aconteceria a “morte da metáfora”, decorrente do apagamento da relação entre as partes que geram um dado sentido, o sentido-relação.

Lakoff e Johnson (1985) propõem três tipos de metáfora, a saber: as *metáforas estruturais*, as *metáforas de orientação* e as *metáforas ontológicas*, definidas da seguinte maneira: (i) *Metáforas estruturais*: estas assumiriam a definição mais conhecida a respeito do conceito, seriam então “um conceito que é metaforicamente estruturado em termos de outro conceito”⁴; (ii) *Metáforas de orientação*: segundo os autores, estas se referem às metáforas que se organizam de modo a estabelecer um parâmetro espacial para dar valores a determinados conceitos. Em geral, associam o “mais”, o “maior”, o “no alto” a valores positivos, em detrimento dos seus opostos, o

³ Segue a citação em francês: « L'essence d'une métaphore est qu'elle permet de comprendre quelque chose (et d'en faire l'expérience) en termes de quelque chose d'autre » (LAKOFF e JOHNSON, 1985, p. 15. Tradução nossa)

⁴ Segue a citação em francês: « Un concept est métaphoriquement structuré en termes d'un autre concept » (LAKOFF; JOHNSON, 1985, p. 25)

“menos”, o “menor” e o “embaixo”, que assumem valoração negativa; (iii) *Metáforas ontológicas*: neste caso, referem-se àquelas que nos permitem nominalizar as entidades, as emoções e as substâncias, possibilitando-nos compreendê-las em termos de categorias discretas, permitindo-nos, com isso, categorizar, fazer referências, agrupar e quantificar. Consoante os autores, as metáforas ontológicas mais comuns são as que tratam os objetos físicos como pessoas, em que entidades não-humanas são compreendidas em termos de motivações, de particularidades e de atividades humanas.

Evidentemente, os três tipos estão interligados, embora possam assumir diferentes funcionamentos. De forma sucinta, podemos dizer que, para representar o mundo, tornando-o compreensível, os homens impõem na/pela linguagem, aos fenômenos físicos e sociais, limites conceituais (imaginários, nos termos da AD) que os tornam perceptíveis, inclusive nós em relação a nós mesmos. Sem isso, a aprendizagem seria impossível, pois, para que ela ocorra, a um só tempo, precisamos dar sentido ao que aprendemos e organizar a linguagem por entidades discretas, atribuindo relações entre elas. As experiências mais elementares obtidas no trato com o nosso próprio corpo e com a vida em sociedade nos permite perspectivar as coisas a partir das suas relações com as demais (*metáforas estruturais*); definindo-se valores através dessa correspondência (*metáforas de orientação*), pode-se atribuir coerência às coisas do mundo, tornando possível que estas se tornem discretas e descritas (*metáforas ontológicas*).

3. Metáfora e Sistemas Complexos: do conceito mental à emergência sócio-interacional

Segundo Cameron e Deignan (2009), se, por um lado, a virada cognitiva dos estudos da metáfora possibilitou a aproximação entre as expressões linguísticas e as representações cognitivas, por outro, ela parece ter marginalizado as questões históricas e experienciais existentes na construção de novas expressões metafóricas. No que concerne à associação entre metáfora e pensamento, para Cameron e Deignan (2009), embora a metáfora conceitual de Lakoff e Johnson (1985) tenha trazido avanços marcantes no que diz respeito à incorporação dos processos metafóricos como base da produção de sentidos na linguagem, sua abordagem conceitualista ainda parece estar vinculada a certa dicotomia que põe as explicações históricas em separado das explicações físicas, dando prioridade às segundas em detrimento das primeiras.

Consoante as estudiosas, a perspectiva desses autores acabou por definir as metáforas como espécies de mapeamentos conceituais homogêneos, os quais possibilitariam novas extensões criativas de acordo com cada cultura. Nesse viés, propõem a perspectiva de metáfora emergencial, vista como produção processual intersubjetiva. Além disso, elas defendem a necessidade de avançar na análise da metáfora para além dos textos estritamente literários, privilegiando, para tanto, seus usos no discurso oral por meio da análise de *corpus*. Apesar das críticas, as autoras salientam a sua proximidade com a Teoria Cognitiva da Metáfora de Lakoff e Johnson (1985), na qual já se discute, em certa medida, a relação entre causalidade, metáfora e emergência e se consolida tal categoria como fenômeno passível de ser avaliado pela relação entre o conceitual e o linguístico. Segundo Cameron e Deignan (2009, p. 148. Grifos nossos):

O discurso é tido como resultante da interação de múltiplos sistemas complexos dinâmicos que operam em vários níveis e escalas cronológicas [...]. Os sistemas complexos incluem mentes/cérebros, linguagem e recursos conceituais (CAMERON, 2003). Sistemas dinâmicos complexos são sistemas de elementos conectados e interagentes que se encontram em constante fluxo. *Em tais sistemas não são apenas os elementos que se modificam com o tempo, mas também as relações entre eles e é isso que define um sistema como “não-linear”*. Como resultado da dinâmica não-linear, algumas modificações no sistema se dão de maneira abrupta e drástica, à medida que o sistema passa pela assim chamada “*mudança de fase*” para um padrão de atividade diferente (esses padrões de atividade às vezes são denominados “*atratores*”). Outras vezes, o sistema se modifica continuamente, sem mudança de fase. Ao passar por mudanças de fase, o sistema parece se “*auto-organizar*”, com novos padrões ou atratores se desenvolvendo, se estabilizando por algum tempo e, em seguida, se modificando novamente. *Abordagens emergentistas dão destaque à mudança não-linear e ao comportamento auto-organizacional dos sistemas complexos e focalizam a “emergência” de novos padrões de atividade do sistema após uma mudança de fase*. O processo de emergência através da interação não-linear dos elementos do sistema é muito diferente de uma modificação que pode ser explicada com base na interação de elementos tidos como fixos em relação uns aos outros.

Um dos deslocamentos fundamentais dessa abordagem emergencial da metáfora decorre da possibilidade de se expandir “a ideia do pensar para falar para ‘falando-e-pensando-na-interação’, com o propósito de descrever o sistema complexo dinâmico do discurso falado *online*, no qual linguagem e pensamento são interdependentes” (Cameron; Deignan, 2009, p. 148). Assim, produtos emergentes das interações em diversas culturas, as quais prescindem de mapeamentos conceituais “fonte” que funcionariam como pontos de partida unidirecionais em relação aos domínios “alvo”, e ancoradas, primordialmente, no funcionamento das línguas maternas dos interactantes,

as metáforas podem assumir inúmeras formas de acordo com cada cultura e língua vernácula. Dessa maneira, as línguas maternas seriam a fonte do nosso “repertório de recursos linguísticos”, entre os quais, as expressões metafóricas emergentes, frutos das diversas situações de interação dos sujeitos em sociedade.

É através do que chamam de “uso e reuso dialógico” que se torna possível convencionar os diferentes aspectos envolvidos na conformação dinâmico-interativa *online* de novas metáforas, quais sejam: conteúdos ideacionais (isto é, a expressão pela/através da/na linguagem de conteúdos oriundos das experiências concretas dos falantes, incluindo-se os conteúdos referentes à interioridade subjetiva dos mesmos), valores, formas gramaticais, pragmáticas e afetos. Isso implica que a metáfora evolui por meio da contínua adaptação local dos (re)usos, adquirindo estágios de relativa estabilidade em um dado grupo de falantes. Essas formas semi-estáveis englobantes desses diversos aspectos envolvidos na “maturação” de uma nova metáfora são denominadas de *metaforemas*.

4. Metáfora: experiência cognitiva e discursiva

De forma semelhante a Cameron e Deignan (2009), mas partindo do referencial teórico da AD, Paveau (2006) expressa que partilha globalmente dos princípios da Teoria da Metáfora Cognitiva, embora considere que os estudos de Lakoff e Johnson (1985) são insuficientes no que diz respeito às considerações dos parâmetros sociais e históricos nas suas análises. Todavia, segundo a autora francesa, apesar de escassamente trabalhados, há uma margem para o desenvolvimento de análises que deem maior relevância aos aspectos sócio-históricos da organização metafórica da linguagem, haja vista que o termo “incorporado” procura englobar a totalidade da experiência humana, compreendendo, portanto, também a organização em sociedade.

Para a autora, a tese da *mente incorporada* é fundamental para a superação do problema filosófico da dualidade mente/corpo, abrindo espaço para repensar ambas as instâncias sob o prisma do pós-dualismo. As estruturas cognitivas metaforizadas são os meios necessários para que possamos existir, entender e perceber a nós mesmos como seres. Segundo sua proposta, o *a priori* possível é o da percepção organizada da experiência pelo discurso (*pré-discursos*). Ele não pré-existe ao mundo experienciado, como essência de natureza não-material, mas subsiste a ele como realidade material histórica.

Tendo isso por pressuposto, Paveau (2006) sustenta que a categoria de metáfora funciona como um organizador do discurso nas suas mais diversas instâncias, considerando-se, para tanto, os aspectos cognitivos e discursivos integrados, quais sejam: a) organizador psíquico, a partir de esquemas partilhados; b) organizador cognitivo, a partir de conhecimentos e crenças; c) organizador discursivo, a partir de culturas de um dado período e de uma dada comunidade; d) organizador textual, mobilizando procedimentos de encadeamento transfrástico. Para nós, essa releitura da metáfora enriquece a epistemologia da AD, mantendo-se coerente com os pressupostos teóricos da mesma. De forma semelhante aos pré-construídos de Pêcheux (2009), Paveau (2006) sustenta a impossibilidade em se descrever as relações sistêmicas em si da realidade discursiva, isto é, dos pré-discursos.

Não obstante, a nossa aproximação com as formações e práticas discursivas em Foucault (2008), com a abordagem do pensamento em Pêcheux (2009) e com a proposta de paráfrase e polissemia em Orlandi (2009) nos orienta para um caminho diverso do percorrido por Paveau (2006). *Grosso modo*, o nosso diálogo com esses autores nos impele a considerar que o conhecimento enciclopédico deve ser tratado no que concerne às apropriações discursivas das informações, ou seja, pela relação entre os sujeitos e as FD's.

Somando-se a isso, Paveau (2006) não envereda pelos Sistemas Complexos, meio pelo qual consideramos ser possível avançar na concepção de sujeito em relação ao indivíduo e na indeterminação da linguagem e dos sentidos. Para a pesquisadora, os Sistemas Complexos dão uma conotação por demais pragmática aos sujeitos em interação, em detrimento do escopo teórico da AD. Em discordância com seu raciocínio, entendemos que é possível operar um deslocamento discursivo da Teoria dos Sistemas Complexos por meio da releitura da filosofia althusseriana realizada por Hall (2003). Conforme a proposta do autor, Althusser (1969) torna possível avaliar a(s) ideologia(s) como propriedades emergenciais responsáveis pela produção de sentidos na/pela linguagem na/pela emergência dos sujeitos.

Segundo o sociólogo, “Althusser me convenceu, e permaneço convencido, de que Marx conceitua o conjunto das relações – a ‘totalidade’ de Marx – não como uma estrutura simples, mas, sim, essencialmente complexa” (Hall, 2003, p. 176). No seu dizer, o filósofo argelino conseguiu demonstrar as melhores intuições sobre uma teoria complexa da ideologia, a qual se sustentaria pela relação de contradição (*determination*) e sobredeterminação (*overdetermination*) que organiza as relações imaginárias dos seres

humanos com o real vivido. Com esses conceitos, possibilita-se romper com a possibilidade de determinismo histórico, fundado sobre a causalidade unilateral entre a posição social dos sujeitos e os imaginários que os interpelam, perspectiva que gerou uma espécie de *máquinas estruturais spinozistas*, definidas, segundo Hall (2003), como sistemas movidos por um autoimpulsamento interno.

Pelo viés da contradição e da sobredeterminação, garante-se a existência do “diferente no mesmo” e da “unidade na diferença”, de modo que a sobredeterminação de um significante sobre os demais não anula os diferentes imaginários presentes nessa cadeia enquanto unidades simbólicas e imaginárias com organização própria e independente. A sobredeterminação possibilita, assim, pensarmos a ideologia como uma unidade imaginária de significados historicamente contingente (sobredeterminação) que mantém as contradições que lhe são internas em decorrência da multiplicidade contraditória de imaginários (contradição) que agrega para poder se constituir enquanto uma. Esse movimento ocorre pelo que Hall (2003, p. 184. Grifos nossos) define por “dupla articulação” entre “estrutura” e “prática”.

Nesse sentido, ancorando-nos em Foucault (2008), entendemos que a perspectiva discursiva anti-humanista da AD não propõe a negação de instâncias *a priori*, mas a diferenciação entre os *a priori* históricos e os *a priori* formais. No caso do primeiro, o filósofo defende que eles não são apartados da realidade histórica, como uma espécie de “universo inalterável” ou “estrutura intemporal”. Suas regras estão em relação de imanência com a própria realidade discursiva, composta por diferentes zonas de organização do saber, sendo, portanto, alteráveis de acordo com a contingência histórica. Através desse raciocínio, Foucault (2008) sustenta a própria fluidez das fronteiras de uma dada prática discursiva. No caso do segundo, os *a priori* formais são aqueles comumente associados aos axiomas das leis da natureza ou dos sistemas lógico-matemáticos, isto é, passíveis de serem entendidos de forma não-contingente.

Se, por um lado, não se pode explicar a história por *a priori* formais (isto é, por uma abordagem natural ou matemática), como leis que regem a organização social humana e a produção de sentidos, por outro, a estrutura abstrata formulada por determinadas áreas da Ciência, as quais se ancoram em métodos hipotético-dedutivos, não pode ser completamente explicada pela história (isto é, por uma abordagem histórica). Não obstante, seria errôneo considerá-las no quadro de uma completa separação, assim como é o caso da própria relação entre língua e história. Apesar de serem de “ordens” diferentes, é pelo atravessamento de ambos que podemos perceber as

possibilidades de irrupção dos *a priori* formais em diferentes domínios do saber, bem como “compreender como a história pode ser não uma contingência absolutamente extrínseca, não uma necessidade da forma que desenvolve sua própria dialética, mas uma regularidade específica” (Foucault, 2008, p. 145). Ao nos propormos a aproximar a AD dos Sistemas Complexos, devemos, então, evitar reduzir os *a priori* históricos aos *a priori* formais.

Dito isso, retomaremos a citação de Cameron e Deignan (2009, p. 116. Grifos nossos) da seguinte forma: “O discurso é tido como resultante da interação de múltiplos sistemas complexos dinâmicos” → “Sistemas dinâmicos complexos são sistemas de elementos conectados e interagentes que se encontram em *constante fluxo* [...] e é isso que define um *sistema como ‘não-linear’*” → “algumas modificações no sistema se dão de maneira abrupta e drástica, à medida que o sistema passa pela assim chamada *‘mudança de fase’* para um padrão de atividade diferente (*‘atratores’*)” → “[...] o sistema parece se *‘auto-organizar’*, com novos padrões ou atratores se desenvolvendo, se estabilizando por algum tempo e, em seguida, se modificando novamente” → “[...] destaque à *mudança não-linear* e ao *comportamento auto-organizacional* dos sistemas complexos e focalizam a *‘emergência’* de *novos padrões de atividade* do sistema após uma mudança de fase”.

Para Hall (2003), os sistemas representacionais humanos estariam em relação de recursividade com os sistemas econômicos, sociais e políticos, e não com uma realidade exterior a eles mesmos (o mundo em si, por exemplo). Dito isso, se deslocarmos os raciocínios de Cameron e Deignan (2009) para uma epistemologia discursiva anti-humanista, podemos entender que os discursos, por serem dinâmicos e se remeterem aos distintos sistemas e grupos culturais, são necessariamente indeterminados, pois nunca retornam ao mesmo (sistema não-linear). O transitório funciona, então, como característica fundamental, e a manutenção ou transformação sistêmica decorre da forma como a história possibilita que uma estrutura em dominância emergja como prática contingente e vivenciada imaginariamente. Logo, a linguagem retornaria sempre sobre a interface entre o real da língua e o real da história, garantindo a sua singularidade de sistema real, simbólico e imaginário, para nos utilizarmos dos raciocínios de Henry (1992) e Pêcheux (2009).

Assim, podemos enveredar pela relação entre Sistemas Complexos e historicidade radical do discurso. A esse respeito, entendemos que o diálogo é possível caso afirmemos que os discursos não são criações da ordem do sujeito, mas da história.

Há diferentes possibilidades semânticas/metafóricas na medida em que historicamente os discursos se atravessam, se retomam e se reorganizam para constituir novas práticas discursivas. A ausência de fixidez dos/nos fatores que possibilitam uma dada emergência em uma dada prática discursiva impossibilita definir qual estrutura em si a desencadeou, haja vista que há uma indeterminação da causa em relação aos processos consequentes e as interações discursivas se desenvolvem como semi-estabilidades. Trata-se, portanto, de uma causa ausente⁵.

Considerando o “impasse” entre a possibilidade de manutenção ou de ruptura semântica com relação às regras que possibilitam essa dada prática (daí a semi-estabilidade), podemos afirmar que este é um raciocínio semelhante ao que Orlandi (2009)⁶ desenvolve acerca da tensão existente entre a paráfrase (manutenção semântica) e a polissemia (ruptura semântica), de modo que a produção de sentidos na/pela linguagem se limita e se regula na/pela relação entre esses fenômenos. Apropriando-nos de um raciocínio desenvolvido por Foucault (2008, p. 146), “temos na densidade das práticas discursivas sistemas que instauram os enunciados como acontecimentos (tendo suas condições e seu domínio de aparecimento) e coisas (compreendendo sua possibilidade e seu campo de utilização)”.

Com isso, pode-se afirmar que o discurso, na ótica da AD, parece funcionar como uma espécie de “sistema não-linear” historicizado, no qual não apenas se pode alterar os elementos componentes de um dado discurso (signos), mas a própria relação que estabelece suas regras de enunciação. As rupturas bruscas na história, marcadoras da descontinuidade de um novo sistema de organização do saber, com novas regras discursivas, acabam por se assemelhar às “mudanças de fase”, tais como descritas por Cameron e Deignan (2009). Essas rupturas decorrem da emergência de uma nova relação na cadeia lexical, na qual os componentes semióticos mobilizados funcionam como uma espécie de “atrator”, isto é, *metaforema* para Cameron e Deignan (2009), *acontecimento discursivo* para Foucault (2008), Pêcheux (2009) e Orlandi (2009) e

⁵ No dizer de Althusser (1978, p. 98): “‘causa ausente’ significa portanto, no Materialismo Histórico, que a ‘contradição em última instância’ *não está nunca pessoalmente presente* na cena da história (‘a hora da determinação em última instância não soa jamais’) e não se pode submetê-la diretamente a ‘uma pessoa presente’. Ela é ‘causa’, mas no sentido dialético, que determina *qual é*, na cena da luta de classes, ‘o elo decisivo’ ao qual foi submetida”.

⁶ Segundo Orlandi (2009, p. 189-190. Grifos nossos): “O jogo entre a *paráfrase* – que nesse caso seria a reprodução do que o autor quis dizer, o reconhecimento do sentido dado pelo autor – e a *polissemia* – que seria a atribuição, pelo leitor, de outros sentidos ao texto – é articulado, isto é, a relação existente entre paráfrase e polissemia se coloca como *autolimitativa*, uma dá os limites da outra”.

*sobredeterminação*⁷ para Hall (2003), de modo que o novo emerge/irrompe do antigo por meio da dupla articulação entre prática/uso (acontecimento) e sistema/norma (estrutura), ainda que tal articulação seja incapaz de anular as contradições internas, responsáveis tanto pela fluidez quanto pela indeterminação do próprio sistema.

Em síntese, esse “atrator” (i) emerge na/pela tensão entre a paráfrase e a polissemia, (ii) é semi-estável e (iii) é determinado pela forma como o sistema aponta necessariamente para o seu exterior, isto é, para a história, de modo que as interações em um dado ambiente estão necessariamente em relação com aquelas estabelecidas por grupos ou instituições sociais. A causalidade tende à opacidade, e as regras do sistema são inacessíveis pela sua constante movimentação e pelas diferentes possibilidades que cada acontecimento histórico pode desencadear no todo (a causa é imaginada assim como o interdiscurso).

Essa auto-organização não é recursiva nem no sentido linear chomskyano, nem no sentido lógico-transcendente piagetiano, mas balizada pelas determinações históricas que condicionam as possibilidades de reorganização do sistema, logo, dos dizeres e dos fazeres. Nem as regras, nem os componentes são fixos, haja vista que são descontínuos, contraditórios, contingentes e distribuídos na materialidade da relação entre o real da língua e o real da história. Conclui-se, então, que o sentido nem surge inteiramente a cada nova prática, nem rompe inteiramente com o que lhe é exterior: isso garante, a um só passo, a sua não-aleatoriedade e a sua não-determinação. Nesse entremeio, surgem os “novos padrões” de atividade do sistema.

5. Considerações finais

A nosso ver, a retomada da relação entre metáfora, língua(gem) e pensamento na AD pode desconstruir a forma como se sedimentou uma espécie de oposição entre os estudos discursivos e os estudos da cognição. Se a filosofia cartesiana foi fundamental para o estabelecimento, a consolidação e a expansão de determinadas perspectivas cognitivas, deve-se assumir que a superação do sujeito cartesiano não impede o desenvolvimento de alguns domínios dos estudos cognitivos, os quais estão em consonância com a AD no que diz respeito à superação do que ficou conhecido por sujeito centrado. Nesse viés, o dualismo cartesiano mente/corpo não esgota o tema da cognição, e é porque este conceito extrapola aquele raciocínio que as aproximações da

⁷ Como estrutura em dominância emergente, a um só tempo, como estrutura prática e prática estruturada.

AD com as propostas do Realismo Experiencial de Lakoff e Johnson (1985) e da metáfora emergente de Cameron e Deignan (2009) se tornaram possíveis, coerentes e desejáveis, ainda mais se considerarmos a releitura de Hall (2003) acerca do trabalho de Althusser (1969).

Como princípio norteador do diálogo, buscamos manter a proposta central da epistemologia discursiva adotada, qual seja: a determinação histórica das formações sociais humanas, dentre elas, a do próprio pensamento. Se considerarmos o pensamento como real pensado, tal aproximação possibilita o entendimento de que os processos cognitivos são determinados exteriormente pela história, superando, com isso, os determinismos naturalistas do ser humano proposto pelas teorias reducionistas. Há, portanto, um espaço profícuo para diálogos a partir da AD, não porque sejam novos, mas porque eles estão presentes, seja pela crítica, seja pela incorporação, desde a sua “fundação”. Isso significa que tentamos (re)ler para (re)ver na própria tradição discursiva as possibilidades de se tratar da cognição e da experiência.

Por fim, cumpre-nos destacar que, por questões de limitação do espaço, apenas delineamos as questões gerais pertinentes a esse diálogo. Para um aprofundamento mais detido dessa proposta, sugerimos a leitura de Morais (2015), trabalho no qual nos baseamos para a escritura desse texto.

Referências Bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. *For Marx*. London: The Penguin Press, 1969.

_____. *Elementos de autocrítica*. In: ALTHUSSER, Louis. *Posições I*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

CAMERON, Lynne; DEIGNAN, Alice. A emergência da metáfora no discurso. *Cadernos de Tradução*. Porto Alegre, nº 25, p. 143-167, jul/dez. 2009.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

HALL, Stuart. Significação, representação, ideologia: Althusser e os debates pós-estruturalistas. In: HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Organização Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HENRY, Paul. *A Ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1992.

ORLANDI, Eni. Michel Pêcheux e a Análise do Discurso. *Estudos da Língua(gem)*. Vitória da Conquista: nº 1, p. 9 - 13, jun. 2005.

_____. *A linguagem e o seu funcionamento: As formas do discurso*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2009.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. *A língua inatingível: O discurso na história da linguística*. Campinas, SP: Editora RG, 2010.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Les métaphores dans la vie quotidienne*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1985.

MORAIS, Argus Romero Abreu de. *O pensamento inatingível: Discurso, cognição e metáforas emergentes distribuídas*. Belo Horizonte, 2015. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais.

PAVEAU, Marie-Anne. *Les pré-discours: Sens, mémoire, cognition*. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2006.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: Estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP: Pontes, 2008.

_____. *Semântica e discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

_____. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.